

EDUCAÇÃO INFANTIL EM CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: REFLEXÕES SOBRE O PERFIL DAS FAMÍLIAS, IMPLICAÇÕES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS E PERSPECTIVAS.

Ana Paula Barraca Cruz ¹
Adriana Missae Momma ²
Débora Evelin Ferreira ³

RESUMO

Este trabalho visa a descrever e refletir sobre o perfil das famílias e implicações político-pedagógicas no contexto do Centro de Convivência Infantil – Parcial (CeCi), da Divisão de Educação Infantil e Complementar (DEdIC), da Diretoria Executiva de Ensino Pré-universitário (DEEPU), da Universidade Estadual de Campinas que há 30 anos atende bebês e crianças filhos e filhas de funcionários da Unicamp, da Fundação e de estudantes de graduação e pós graduação. Embora o CeCi, como as demais unidades socioeducativas venha passando por processo de reformulação, momento no qual vem se redesenhando na perspectiva da educação infantil, defronta-se com o fato de estar diretamente atrelada a um setor essencial da Unicamp – a área da Saúde, acrescida ao fato de as profissionais serem enquadradas como de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - PAEPE, tendo como eixo profissional de educação básica. No total das 04 unidades socioeducativas de Campinas, o atendimento chega a mais de 750 crianças, com previsão de entrada nos próximos trimestres para quase 800 crianças, dentre os quais mais de 40% do total é de filhos vinculados à respectiva área. No CeCi parcial crianças vinculadas às famílias de áreas essenciais chegam a representar aproximadamente 40% (mais de 156 matrículas) e no Prodecad 46% (300 matrículas). Trata-se, portanto, de aferir que a educação infantil em construção na Unicamp implica um direito da família, via avaliação socioeconômica, bem como um direito de bebês e crianças, incluindo essa especificidade do serviço essencial (vide legislação nacional e estadual – Constituição federal de 1988, Lei 7783/1989, entre outros). Além dessa dilemática, há uma potência e um conjunto de possibilidades formativas, de exploração e de aprendizagens que se ampliam através das parcerias com docentes, graduandos e pós-graduandos brasileiros (incluindo cota indígena, afrodescendentes; deficientes) e estrangeiros (Beni, Haiti, Rússia, Angola, Moçambique, Alemanha, Estados Unidos, Peru, Bolívia, Índia, etc) dos institutos de educação física, biologia, faculdade de educação, medicina, engenharia de alimentos, entre outros.

Palavras-chave: Crianças, Famílias, Educação Infantil, Benefício Social, Direito da Criança, Creches Universitárias

INTRODUÇÃO

O presente texto visa a analisar o perfil das famílias do Centro de Convivência Infantil Parcial, da Universidade Estadual de Campinas que atende bebês a partir dos 06 meses a

¹ Professora da DEdIC/ Unicamp, Pedagoga e Especialista em Neuropsicopedagogia pela UNIASSELVI , barraca@unicamp.br

² Professora da FE/ Unicamp, amomma@unicamp.br

³ Professora da DEdIC/ Unicamp, Pedagoga e Especialista em Pedagogia da Infância pela Universidade Estadual de Campinas -UNICAMP; deboraef@unicamp.br

crianças até os 5 anos e 11 meses em dois períodos: das 7h às 13h e das 13h às 19h (com fechamento às 19h30min).

Segundo Fagundes (1997) a *instalação da primeira creche no campus de Barão Geraldo data de 1982 (p.2)*. E, como menciona o autor e conforme apontam os ex-usuários, alguns já aposentados e outros na ativa, essa conquista decorre de uma organização que envolveu um grupo de funcionárias da área da saúde. Concomitante a essa ação, outros grupos no contexto da Universidade vinham se organizando, inclusive no campus de Piracicaba (ao final da década de 70). Semelhantemente ao que vinha ocorrendo no contexto mais amplo na esfera nacional – Fagundes (op.cit.)

Os movimentos sociais e as lutas feministas, associadas à crise política da UNICAMP, impulsionaram a abertura da creche na universidade, que até então vinha acompanhando o quadro nacional de pouca ou nenhuma atenção à oferta de creches à criança de 0-6 anos. (p.56)

Historicamente, o período que antecede o ano de 1982 foi marcado por manifestações de mães-funcionárias em busca de seu direito à creche. Estas se organizaram por meio de abaixo-assinados solicitando atendimento para seus filhos durante os seus horários de trabalho, ainda que tais reivindicações se tratassem de movimentos isolados e representativos de uma determinada comunidade local.

Atualmente o CeCi parcial possui a respectiva nomenclatura pelo fato de atender predominantemente em dois períodos parciais, já que quase 40% das famílias provêm da área da saúde da universidade, e no geral possuem jornada semanal de trabalho de 30h. Anterior a 2013 denominava-se “Creche Área da Saúde” – CAS e, inclusive, possuía atendimento aos fins de semana, pelo fato de alguns dos responsáveis estarem na escala de fim de semana no hospital.

Segundo informações compartilhadas pelas profissionais (excerto da informação constante em <http://www.dgrh.unicamp.br/dedic/ceci-parcial>, atualizado em novembro de 2018), a mudança de nomenclatura se deu em virtude de a antiga "CAS" atender, a partir de 2015/2016 a pré-escola. (Considerando-se a tramitação de "autorização" junto à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, mais propriamente o reconhecimento). Teve sua inauguração no ano de 1990, e foi viabilizada a partir de convênio firmado entre o Instituto de Reabilitação de Campinas - IRCAMP e o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP e foi equipada e mobiliada, inicialmente, com recursos vindos do Hospital das Clínicas - HC, Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher - CAISM e Faculdade de Ciências Médicas – FCM, da Unicamp.

METODOLOGIA

Este trabalho foi efetivado considerando-se a produção de conhecimento que vem sendo efetivada sobre a Divisão ao longo dos anos (PPP/DEdIC 2018-2019; CHAGAS, 2006; PALMEN, 2005; PEREIRA, 2005; FAGUNDES, 1997). Ademais, considerou-se os dados de 2019, atualizados pelo Serviço Socioeducativo da Divisão e as frequências efetivadas de fevereiro a agosto de 2019.

Conforme tabela a seguir, dados somente do 1º Semestre de 2019, uma vez que no terceiro e último trimestre teremos ampliação do atendimento, com especial atenção a demanda maior que é de berçário.

Perfil das famílias atendidas no CECI Parcial – 1º semestre de 2019	
Área da Saúde	Quantidade
Nível médio (copeira, camareira, recepcionista) e Técnico (Laboratório, Enfermagem, Saúde Bucal e Adm. Hospitalar, farmácia)	78
Nível Superior (Enfermeiros enfermaria e centro cirúrgico, Farmacêuticos, Biólogos, Fisioterapeutas, Assistentes Sociais, Psicólogos, Nutricionistas)	15

DESENVOLVIMENTO

I- Infância e modalidades de atendimento

A creche (publica) esteve predominantemente vinculada às necessidades decorrentes da mãe trabalhadora e, ainda hoje este aspecto se faz presente. O atendimento às crianças visando a promoção da infância e sua educação é concebido como um direito da criança, conquistado desde a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 que passou a definir a educação infantil como "um direito da criança, um dever do Estado e uma opção da família". Esse direito foi posteriormente regulamentado e reafirmado pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em 1990.

Ao longo da história, o atendimento às crianças de 0 a 6 anos, na esfera pública, recebeu várias denominações: salas de asilo, jardins da infância, escola maternal, parquinho,

parques infantis, creche, pré-primário, escolinhas, pré-escola e escolas de educação infantil. Uma característica destes atendimentos é o fato de que as concepções e o tipo de instituição destinada às crianças de tenra idade mantiveram uma relação direta com a classe social a qual se destinava determinada perspectiva de educação-sociedade. De acordo com ABRAMOWICZ et al. (2002), no Brasil,

As pré-escolas designam escolas de crianças pequenas e de uma classe social com mais possibilidades econômicas, e as creches são os equipamentos destinados às crianças pobres e às classes populares. Dois perfis diferentes de profissionais atuam nestes dois ramos da Educação Infantil, duas redes de ensino distintas, sendo que uma delas, as creches, até recentemente, a cargo da Secretaria da Promoção Social.

A creche, de fato, não constitui-se somente um serviço para as famílias que necessitam de atendimento para os próprios filhos, mas é um “lugar público de educação infantil”, uma instituição legitimamente educativa, mesmo não tendo – e não querendo ter – as características de uma escola (BONDIOLI, 2004, 142-143).

No ano de 1982, o Governo do Estado de São Paulo oficializou o Programa Centro de Convivência Infantil (CCI) através do Decreto Estadual 18.370 (08/01/1982), possibilitando a funcionária pública-mãe, o atendimento a seus filhos em creche no seu local de trabalho. Neste mesmo ano o poder legislativo aprovou a ementa constitucional que reconheceu o direito das funcionárias públicas a terem esse atendimento durante sua jornada de trabalho.

Em decorrência a tais atos governamentais que institucionalizaram o programa CCI, as mães começaram a se organizar em comissões, colaborando com o levantamento das demandas, sugerindo locais e espaço-físico para a construção de creches, colaborando de maneira geral com os procedimentos necessários para a viabilização dos Centros de Convivência Infantil.

Porém, cabe ressaltar que essas legislações, de acordo com Fagundes (1997), 202 Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 86, p. 197-217, abril 2004 Disponível em Creches nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas Não tratam de direito à creche nos locais de trabalho, mas somente do direito da mulher trabalhadora de amamentar seu filho durante a jornada de trabalho. Ainda assim é um direito apenas da mulher, mas restrito, pois não são todas as mulheres que têm esse direito, mas aquelas que têm idade entre 16 e 40 anos e trabalham em empresas cujo número de funcionárias contratadas atinge o mínimo estipulado pela lei (30 mulheres), e somente as que amamentam. Em relação às crianças, as restrições são: somente para crianças amamentadas e até os seis meses de idade (p. 77).

II- Creches universitárias: Unicamp

As creches universitárias se deram devido às diversas reivindicações das mães trabalhadoras que também não tinham onde deixar seus filhos, até mesmo pela insuficiência

de vagas nas creches ou desconhecimento de pessoas ou instituições que efetivamente pudessem resguardar- cuidar- proteger-educar os respectivos bebês/crianças. Neste contexto histórico, na Unicamp, foi aberta em meados do ano de 1982, o Centro de Convivência Infantil, considerada uma demanda decorrente de esforços conjuntos para prover o atendimento dos filhos e que foi encampada pela reitoria. A partir da organização de um grupo de profissionais que apoiaram o projeto, iniciou-se o atendimento com 30 bebês dos 03 até nove meses de idade. Tal atendimento contava com uma pequena equipe de trabalho, incluindo equipe de enfermagem responsável pelo suporte ao projeto de atendimento à infância. Até pelo fato de os bebês virem para o espaço coletivo pequenino.

Atendendo as reivindicações das famílias que trabalhavam na área da saúde, foi inaugurada em 1990 CAS. Inicialmente o atendimento voltou-se aos filhos de funcionárias do Hospital de Clínicas e do CAISM que trabalhavam em turnos das 7h às 13h e das 13h às 19h.

Conforme aponta Oliveira (2014)

Quando a CAS foi criada, toda uma estrutura havia sido organizada dentro da Universidade, atendendo aos filhos e filhas das servidoras (em sua grande maioria), e servidores que ali trabalhavam. A área da saúde, por sua vez, necessitava de vagas na creche em horário compatível com a jornada do hospital, os chamados “turnos”, e, embora o CECI atendesse algumas mães trabalhadoras do hospital, o horário administrativo de funcionamento da creche não resolvia a questão das mães (p.42)

Em 2010 houve grandes mudanças e a vinda de profissionais do setor da psicologia e da administração assumiram a gestão geral. Na gestão em 2013 viabilizou-se o processo de credenciamento (2016) junto à secretaria de educação passando a integrar uma Divisão de Educação Infantil e de educação não complementar composta por 05 unidades socioeducativas: CECI Integral Berçário, CECI Integral Maternal e Pré, CECI Parcial, CECI FOP e PRODECAD.

Em 2017 foi constituída a Diretoria Executiva de Ensino Pré- universitário (Resolução GR - 027/2017) que é responsável pela Divisão (05 unidades socioeducativas), Cotuca – colégio técnico de Campinas e Cotil – colégio técnico de Limeira

Ao todo atendem aproximadamente 700 crianças, com idades de 0 a 14 anos, filhas de servidores da Universidade e da Funcamp e também de estudantes.

Atualmente a respectiva unidade atende 01 berçário das 7h às 16h, 02 berçários das 07h às 13h, 02 berçários das 13h às 19h, 03 maternais das 7h às 13h, 03 maternais das 13h às 17h, 02 pré-escolas das 7h às 13h e 02 pré das 13h às 19h. Nesse contexto atuam, no total 96 funcionários incluindo 35 professoras, 02 coordenadoras, 01 projetos sobre cultura indígena,

21 bolsistas, 19 funcionários da copa, 05 funcionários da limpeza, 04 funcionários da guarita/portaria, 01 recepcionista e 01 profissional responsável pela lavanderia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto das 04 unidades socioeducativas localizadas no campus do município de Campinas temos o seguinte painel:

- **Prodecad** – contraturno de uma escola estadual de ensino fundamental localizada no Campus – modalidade de educação não formal
 - 06 turmas das 08h30min às 12h40min – 130 crianças sendo 35 da AS (Área da Saúde)
 - 04 turmas das 11h30min às 13h30min – 83 crianças sendo 81 da AS
 - 03 turmas das 11h30min às 16h – 55 crianças sendo 25 da AS
 - 02 turmas das 17h10min às 19h – 30 crianças sendo 19 da AS

- **CECI Integral Berçário**
 - Atendimento das 08h30min às 17h30min
 - 70 bebês – 10 da AS

- **CECI Integral Maternal e Pré**
 - 08 turmas de maternal – das 08h30min às 17h30min – 99 crianças sendo 17 AS
 - 02 turmas de maternal – das 7h às 16h – 26 crianças sendo 09 AS
 - 05 turmas de pré das 08h30min às 17h30min – 97 crianças sendo 18 AS
 - 01 turma de pré das 7h às 16h – 15 crianças sendo 7 AS

- **CECI Parcial**
 - 1 turma de berçário das 7h às 16h – 10 bebês sendo 1AS
 - 2 turmas de berçário das 7h às 13h – 20 bebês sendo 12 AS
 - 2 turmas de maternal das 7h às 13h – 33 bebês sendo 24 AS
 - 2 turmas de berçário das 13h às 19h – 20 bebês sendo 8 AS
 - 3 turmas de maternal das 13h às 19h – 38 bebês sendo 20 AS
 - 2 turmas de pré das 7h às 13h – 22 crianças sendo 16 AS
 - 2 turmas de pré das 13h às 19h – 22 crianças sendo 9 AS

As duas unidades socioeducativas que possuem maior número de atendimentos da área da saúde são PRODECAD e, em seguida o CECI Parcial.

Configurar-se atualmente como unidade socioeducativa da Diretoria de ensino pré-universitário, com status de educação infantil nos conduziu a um conjunto de modificações na organização do trabalho pedagógico, de efetivação de reuniões pedagógicas coletivas, de reuniões de planejamento das turmas, individuais – que, por sua vez integram o percentual de 1/3 voltado para atividades de planejamento, sistematização e estudo que vimos tentando manter e consolidar (vide lei do piso).

Oportunizar o atendimento de educação infantil numa universidade estadual nos trouxe um conjunto de perspectivas de articulação, integração e efetivação de parcerias com institutos e faculdades no sentido de potencializarmos um currículo multicultural, abrangente, integral e integrado às atividades fins da Unicamp. Contexto no qual a interação entre diferentes sujeitos – bebês, crianças, estudantes de graduação e pós, professores, docentes de institutos e faculdades, demais pesquisadores técnicos de outras áreas e setores da universidade se faz viável e potente. Todavia, o nosso percurso nos vincula a ações de “assistência” e política de permanência das servidoras, estudantes na perspectiva da promoção da saúde, como foco do atendimento. E, somente nos últimos anos, a perspectiva de educação infantil vem se configurando como compromisso e desafio nas unidades.

Todavia, no âmbito do município de Campinas, as demandas para a pré-escola encontram-se efetivadas. Sendo que há vagas para todos a partir dos 04 anos. Diferentemente do atendimento na primeiríssima infância, cuja lista de espera mantém-se e, em alguns casos, a viabilidade de acesso a vaga vem sendo oportunizada via judicialização.

O que significam esses dados, se considerarmos os direitos das mulheres, homens Unicamp/Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (FUNCAMP); se considerarmos os direitos dos bebês e crianças à educação infantil e a direta vinculação do atendimento do bebê/criança, famílias e profissionais que atuam diretamente em um serviço essencial

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o atendimento à educação infantil seja de responsabilidade dos entes federados (municípios, estados e união), na Unicamp, o atendimento à educação infantil vem sendo oportunizado e vem se constituindo como essencial às mães e pais trabalhadores,

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

estudantes; cidadãos - às respectivas crianças - em um município com déficit de vaga em creche (como a maior parte dos municípios do Brasil).

O cenário de contingenciamento vem afetando inúmeros setores da sociedade e várias universidades públicas que avançaram na promoção de políticas de permanência, de efetivação de direitos sociais, vêm no momento atual, tendo que se deparar com decisões que implicam recuos significativos para a cidadania da comunidade interna/externa.

A educação infantil em contexto universitário tem um potencial significativo para articular ensino, pesquisa, extensão, internacionalização e multiculturalidade que o ambiente acadêmico-científico vive. Todavia, a opção em manter e aprimorar o atendimento à educação infantil constitui-se questionada não só por alguns dirigentes externos que fazem um cálculo economicista, mas também entre profissionais que atuam enfaticamente compreendendo que esta não se constitui como atividade fim das Universidades.

Esse tensionamento se intensifica em cenários de contingenciamento, no qual a competitividade se acirra no momento que há que criar critérios e/ou se justificar o que é prioritário ou “secundário”. Tensionamento este que pode trazer sérias implicações em um conjunto de “instituições” e órgãos que vêm se estabelecendo como conquista e referência de atendimento de qualidade ao longo de um percurso de grandes investimentos não só financeiros como humanos, dimensionando o tangível e o intangível em termos de um modelo de universidade de qualidade.

Possuir uma creche em seu ambiente de trabalho, ter a oportunidade de trabalhar e saber que seu filho ou filha encontra-se protegido/a, cuidado/a, em um ambiente multiprofissional, multicultural, com acesso ao pronto socorro, centros de pesquisa de ponta; profissional da saúde, da nutrição, odontopediatria, parceiros da educação física, instituto de artes, da educação, da biologia, da medicina, química, física, etc. Onde é possível uma intersecção como esta? Como avançarmos em atendimento à educação infantil nessa perspectiva em âmbito nacional e de implementação de políticas públicas?

Ao mesmo tempo, encontram-se postos os desafios para o processo de profissionalização de um grupo de profissionais que iniciou o trabalho como “auxiliar de enfermeira”, “auxiliar de limpeza”, apoio, “recreacionista”, professora com ensino médio; que iniciou seu percurso para “cuidar” das crianças, que foi desafiada a assumir as formações iniciais - em curso superior (mais de 97% possui pedagogia) e que ao mesmo tempo possui um status de profissional de apoio ao ensino, pesquisa e extensão; mas acima de tudo professora de educação infantil.

Tratam-se de questões que remontam a uma história e que recoloca o passado e o futuro no tempo presente como algo vivo, dinâmico e no qual a dialogicidade e a ponderação de todos os envolvidos constituem-se essenciais para a manutenção e o aprimoramento de uma educação infantil universitária.

Que um diálogo ético, de respeito, valorização ao ser humano prevaleça em tempos de superficialidade, impulsividade, imediatismo e intolerância. Que possamos manter o que temos de bom para aprimorá-lo e avançarmos como nação na promoção da dignidade humana de todos os que aqui se encontram de forma tão efêmera e singular.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete et. al. PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Anped, GT 7 – Educação Infantil, 2002. (Consulta a Internet em agosto de 2002–www.anped.org.br).

BONDIOLI, A. Introdução; As funções sociais da creche: um serviço para quem? In: BONDIOLI, A. & MANTOVANI, S – ORG. Manual de educação Infantil: de 0-3 anos – uma abordagem reflexiva. Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 13-37.

BRASIL/ MEC.. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: documento introdutório. Brasília, MEC/SEF, 1998. (versão preliminar).

CHAGAS, Luciane Siqueira das. Construção da Pedagogia da Educação Infantil e a formação continuada e em serviço das professoras da Creche Área de Saúde (CAS) – UNICAMP. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP.

DEDIC (Divisão de Educação Infantil e Complementar). Universidade Estadual de Campinas. Projeto Político Pedagógico 2018 – Caderno 1 de 2. Campinas, SP: [s.n.], 2018/2019.

ECA – Estatuto da criança e do adolescente. 1990.

FAGUNDES, M.R. A creche no trabalho... o trabalho na creche: um estudo sobre o Centro de Convivência Infantil da Unicamp: trajetória e perspectivas. 1997. 179f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HADDAD, Lenira. A creche em busca de identidade. São Paulo: Loyola, 1991.

KRAMER, S. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. Rio de Janeiro. Achimé Editora, 1982.

OLIVEIRA, Carla de. Mulheres Cuidadoras, Mulheres Professoras: história, memória e formação profissional na Creche Área de Saúde da Unicamp. 2014. Dissertação de Mestrado em Educação – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

PALMEN, Sueli Helena de Camargo. A implementação de creches nas universidades públicas estaduais paulistas. 2005. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas - Campinas, SP.

PEREIRA, Julyana Mognon. A construção da pedagogia da educação infantil e os desenhos: um breve estudo sobre creches de empresa e os indicativos e mudanças na creche CAS-UNICAMP. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP.

SAVIANI, Dermeval. A nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. Creches no Brasil: de mal necessário a lugar de compensar carências rumo à construção de um projeto educativo. 1986. 347 f. Dissertação (Mestrado em 207 Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.